

A China e o agronegócio brasileiro

China and Brazilian agribusiness

Erika Vanessa MOREIRA

Doutoranda em Geografia, Bolsista Fapesp
Univ Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente
evmgeo@yahoo.com.br

Leandro Bruno SANTOS

Doutorando em Geografia, Bolsista Fapesp
Univ Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente
leandrobrunogeo@hotmail.com

Resumo: Neste artigo, avaliamos as relações comerciais estabelecidas entre Brasil e China, particularmente os produtos do agronegócio. A China passou de um país extremamente fechado para uma economia integrada, sobretudo na era dengista, em finais dos anos 1970. Atualmente, a China exporta para o Brasil produtos eletrônicos e manufaturados, ao passo que o Brasil exporta ao território chinês, em sua maior parte, produtos agropecuários e derivados do extrativismo vegetal e mineral. Isso remete a um questionamento que embasará o texto: há uma integração Brasil e China, no sentido de um fortalecimento dos países semi-periféricos ou uma subordinação do Brasil perante às novas estratégias instituídas pelo governo chinês?

Palavras-chave: Relações comerciais internacionais; balança comercial; agronegócio; Brasil e China.

Abstract: In this paper, we intend to assess the trade relations established between Brazil and China, particularly in regards to agricultural products. Starting with Chairman Deng in the 1970s, China gradually opened itself to world trade and eventually gained a leadership role in the World Trade Organization. Currently, China exports to Brazil manufactured goods and electronic devices, while Brazil exports to China mainly agricultural commodities and derivatives of vegetal and mineral extraction. Therefore, the question of this paper is whether there is integration between Brazil and China as a strengthening of to giants among the semi-peripheral countries, - or if Brazil is becoming subordinated to China as part of the Chinese government's strategy of economic growth and global predominance.

Keywords: International trade relations; trade balance; agribusiness; Brazil and China

Introdução

Nos primeiros anos deste século, o Brasil, além de intensificar suas exportações - que se elevaram de US\$ 58 bilhões em 2001 para US\$ 197 bilhões em 2008, isto é, quase quadruplicaram -, procurou diversificar seus parceiros comerciais, a fim de reduzir sua dependência em relação aos países desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos.

A própria pauta de exportações brasileiras também se diversificou. Alguns aspectos geográficos são bastante evidentes quando analisamos detalhadamente os produtos despachados ao mercado internacional. Para a Europa e Ásia, seguem minérios (ferro, por exemplo), metalurgia básica, alimentos e bebidas, para a América do Norte, equipamentos de transporte, e para o Mercosul, bens manufaturados em geral (produtos químicos e automóveis, por exemplo).

O Brasil lidera o *ranking* mundial das exportações de soja em grãos, café verde, carne bovina, açúcar, suco de laranja e fumo, e apresenta posições significativas nas exportações de farelo de soja, de óleo de soja e de carne de frango. A participação do agronegócio dentro da balança comercial é significativa, registrando, em 2008, um *superávit* de US\$ 5.5 bilhões. A agricultura responde por 71% do Produto Interno Bruto (PIB)¹ obtido no chamado agronegócio, seguida pela pecuária (29%).

O objetivo principal almejado neste trabalho é compreender, teórica e estatisticamente, o avanço/crescimento da China e suas repercussões sobre o agronegócio brasileiro. O interesse em levar a cabo essa discussão está relacionado à importância que a temática vem alcançando nos últimos anos, sobretudo em 2008, quando a China superou os Estados Unidos como o principal destino das exportações brasileiras.

O artigo está estruturado, além desta introdução, em 04 partes. Na primeira, realizamos uma caracterização geral das trocas internacionais, situando o Brasil e a China. Na segunda, contextualizamos a China historicamente - da era denguista (Deng Xiaoping) até limiar do século XXI -, apresentamos os fatores determinantes do crescimento econômico chinês e

traçamos a situação do Brasil na conjuntura econômica, bem como sua parceria comercial com a China. Na terceira parte, situamos o agronegócio brasileiro e os principais parceiros econômicos por produtos exportados e importados. Na quarta e última parte apresentamos algumas considerações finais a respeito do objetivo proposto nesse texto.

Caracterização geral do comércio internacional

Entre 1998 e 2008, as exportações mundiais cresceram quase 3 vezes, elevando-se de US\$ 5.5 para US\$ 16.1 trilhões. Essa ascensão deve-se, em grande parte, à maior abertura econômica promovida pelos países, à intensificação das trocas internacionais intra-firmas, à entrada da China como membro permanente da OMC (Organização Mundial do Comércio), ao aumento dos acordos bilaterais e à intensificação das trocas no âmbito dos blocos comerciais.

O significativo aumento das vendas internacionais contrasta, porém, com a elevada concentração das exportações em poucos países (Tabela 1), principalmente os desenvolvidos, o que demonstra que, apesar do aumento das trocas, países desenvolvidos e subdesenvolvidos se inserem de maneira muito desigual.

Tabela 1: Principais exportadores mundiais em 2008, em US\$ bilhões

Ranking	Países	Exportações	Percentual
1	Alemanha	1.465	9.0
2	China	1.428	8.8
3	Estados Unidos	1.300	8.0
4	Japão	782	4.8
5	Holanda	634	3.9
6	França	608	3.8
7	Itália	539	3.3
8	Bélgica	477	3.0
9	Reino Unido	458	2.8
10	Canadá	456	2.8
21	Brasil	197	1.2

Fonte: www.wto.org/english/news

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Os dados mostram que os 10 principais países exportadores detêm mais de 50% das vendas mundiais. A China é o único país subdesenvolvido a fazer parte deste grupo, sendo os demais desenvolvidos. A propósito, na sistematização da tabela não foram registradas as exportações de Hong Kong e de Taiwan, o que faria da China a principal exportadora mundial, seguida de longe pela Alemanha.

É importante chamar a atenção ao fato de que, apesar da permanência das vendas externas entre os países da Tríade (Estados Unidos, Europa e Japão), a forte entrada da China trouxe novos elementos para interpretar e mapear os fluxos no mundo. Atualmente, cerca de 1/3 das exportações chinesas são destinadas às três principais economias mundiais (Estados Unidos, Japão e Alemanha), de modo que, em vez de triádico, o comércio caminha para ser quadrático (SANTOS; SPOSITO, 2009).

Embora tenha aumentado 4 vezes suas exportações nos últimos 10 anos, o Brasil ainda detém uma parcela inexpressiva das vendas internacionais. Isso resulta, em grande parte, da própria estratégia de industrialização por substituição das importações baseada na proteção do mercado doméstico e na dinâmica de acumulação voltada às condições internas. Países e cidades-estado na Ásia, como Coréia do Sul, Malásia e Cingapura, que tiveram suas industrializações assentadas na exportação, apresentam alta integração ao comércio internacional (SANTOS, 2008).

A propósito das importações, apesar da modificação nas posições, a lista dos 10 países não muda. Nos últimos 10 anos, as importações mundiais elevaram-se de US\$ 5.6 para US\$ 16.4 trilhões, ou seja, quase triplicaram. Os 10 principais países importadores somaram mais de 52% de todas as compras externas (Tabela 2).

Tabela 2: Principais importadores mundiais em 2008, em US\$ bilhões

Ranking	Países	Importações	Percentual
1	Estados Unidos	2.166	13.2
2	Alemanha	1.206	7.3
3	China	1.133	6.9
4	Japão	762	4.6
5	França	707	4.3
6	Reino Unido	632	3.8
7	Holanda	574	3.5
8	Itália	556	3.4
9	Bélgica	470	2.9
10	Canadá	418	2.5
24	Brasil	182	1.1

Fonte: www.wto.org/english/news

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Grande parte das importações mundiais está concentrada nos Estados Unidos, nos Países Europeus, na China e no Japão. Estados Unidos, Alemanha e Japão respondem por $\frac{1}{4}$ das importações chinesas. Isso demonstra, claramente, que a China não só exporta como também importa das três principais economias mundiais quantidades expressivas de mercadorias e serviços. Por isso, propomos que a prevalência do comércio não é mais triádica, mas quadrática, e que a China tende a ser integrar cada vez mais, comercial e financeiramente, aos Estados Unidos.

Quanto ao Brasil, os indicadores de importação indicam também, assim como a exportação, certa inexpressividade do país, que possui apenas 1.1% das compras internacionais. Se levamos em consideração a relação entre Produto Interno Bruto (PIB) e importações e exportações, os países europeus apresentam em média, com exceção da Bélgica (100%) e da Holanda (quase 80%), taxa superior a 30% de internacionalização da economia, os Estados Unidos em torno de 20%, o Canadá, 30%, a China mais de 40%. O Brasil apresenta em torno de 15% de internacionalização da economia, portanto bem distante dos demais.

Apesar da fraca inserção no comércio internacional, o Brasil assumiu, nos últimos anos, a condição de um importante *player* mundial na exportação de algumas *commodities* como suco concentrado de laranja, soja em grãos, farelo de soja, carne de frango, suína e bovina, celulose branqueada de eucalipto. Essa importância assumida deve-se às condições ímpares de seu

território e à elevação da demanda e dos preços dos principais produtos agrícolas exportados pelo país, devido à forte procura da China e da Índia.

O comércio bilateral entre Brasil e China, nos últimos 9 anos, elevou-se de US\$ 2.2 bilhões para US\$ 35.1 bilhões, ou seja, cresceu mais de 16 vezes (Tabela 3). As exportações efetuadas entre os dois países cresceram na mesma proporção, porém, nos últimos dois anos, o Brasil deixou de acumular *superávit* como nos 7 primeiros anos.

Tabela 3: Comércio bilateral entre Brasil e China, 2000 e 2008, em US\$ bilhões

Exportações	Anos								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	1.0	1.9	2.5	4.5	5.4	6.8	8.4	10.7	16.4
China	1.2	1.3	1.4	2.1	3.7	4.8	7.4	11.4	18.7
Total	2.2	3.2	3.9	6.6	9.1	11.6	15.8	22.1	35.1

Fonte: UN COMTRADE database

Org.: Leandro Bruno Santos, 2009.

O comércio bilateral entre Brasil e China, mesmo com a crise financeira instaurada e as suas graves conseqüências às economias de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tem crescido espantosamente. Os indicadores presentes nas *home-pages* de empresas de celulose e papel (VCP e Aracruz) e nos indicadores estatísticos do Ministério da Agricultura corroboram essa nossa afirmação.

O cenário econômico da China: De Deng Xiaoping a Hu Jintao

Para realizar uma contextualização histórica do ‘sucesso’ da economia chinesa nos últimos 30 anos, pautar-se-á nossa análise com base nos artigos de Oliveira (1999, 2002, 2006, 2007, 2007a, 2007b), Nogueira (2008) e Kocher (2007). Todos esses autores, guardadas suas devidas posições teórica e ideológica, retratam os fatores que levaram ao crescimento econômico da China e, sobretudo, a importância do papel do Estado na consolidação deste processo. A proposta deste tópico é, dentro de seus limites, traçar um panorama histórico da China que compreende desde Deng Xiaoping até os dias atuais.

Segundo Oliveira (1999), o referido país é diversificado em termos de produção, pois abrange desde a indústria têxtil até estabelecimentos voltados à indústria aeroespacial. Além disso, a China “possui também notável capacidade interna de pesquisa científica de base” e esforça-se para alavancar a tecnologia de ponta.

Oliveira (2007, 2007a), ao retratar como a China conseguiu dar um salto quali/quantitativo na economia global, destaca a aliança entre os investidores de fora (pequenos e médios empresários chineses de Hong Kong e Taiwan) e os capitais transnacionais com parceiros institucionais de dentro do país.

Nogueira (2008), ao analisar o papel do Estado na economia chinesa, atenta para a teoria de Wallerstein². A autora argumenta, com base nessa teoria, que no capitalismo histórico, a maioria das transações envolve trocas entre agentes situados no interior de uma longa cadeia mercantil e não nos mercados locais. Assim, a China buscou, a partir dos anos de 1980, investir no mercado regional e adotar relações comerciais com países semi-periféricos, como o Brasil, por exemplo.

Os pontos de origem podem ser múltiplos, mas os pontos de destino tendem a convergir para poucas áreas. Assim, a caracterização das cadeias mercantis passa, necessariamente, por uma descrição da divisão social estendida do trabalho, com uma “crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo mais importante, nos *locus* da acumulação de capital (NOGUEIRA, 2008, p.43).

Oliveira (1999) argumenta que o crescimento econômico da China tem seu embrião antes mesmo das reformas políticas e econômicas pós anos de 1970, ou seja, remontam ao período de Mao Tse Tung. Mas este crescimento se dava à custa de desperdício de recursos humano e material.

Com Deng Xiaoping no poder, em 1978, houve a adoção de um novo modelo de crescimento, não voltado apenas para o mercado interno, mas, sobretudo, para uma integração externa³. O papel do Estado no incentivo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia foi primordial, fato que distingue os

países asiáticos dos latino-americanos. A China lançou mãos das mesmas estratégias utilizadas pela Coreia e por Taiwan.

Em 1979, Deng criou, de maneira estratégica, as ZEEs (Zonas Econômicas Especiais): Shenzhen, Zhuhai, Xiamen e Shantou. Ao mesmo tempo, o governo buscou reintegrar a Grande China – Hong Kong, Macau e Taiwan. A telecomunicação foi considerada primordial para a modernização chinesa, além da descentralização, das ZEEs e das Cidades Locais.

Para Nogueira (2008), a estratégia chinesa de fortalecer seus laços com o leste asiático tem como objetivo solidificar as relações entre Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan e demais países do Sudeste Asiático, criando, portanto, uma cadeia mercantil asiática e, conseqüentemente, consolidando a economia chinesa perante a tríade Estados Unidos, Japão e países da União Européia.

A China passou a exportar mais para os países da tríade e a importar no mesmo ritmo dos países asiáticos e latino-americanos, definidos na teoria wallersteiniana como semi-periféricos. “Isso significa que enquanto a China acumula *superávits* crescentes com as economias centrais, a trajetória é de *déficits* freqüentes em relação aos países semi-periféricos do leste asiático” (NOGUEIRA, 2008, p. 45). Acrescenta-se a participação do Brasil, sobretudo com a exportação de produtos primários, especialmente soja, carne, produtos florestais (papel e celulose, por exemplo) e minério de ferro (que não se enquadra no agronegócio, mas constitui o grupo das *commodities* primárias).

Para Oliveira (2007), a China vive o momento da quarta revolução industrial, como “a terceira economia do mundo”, a quarta produção industrial e “principal coletor mundial de investimentos externos diretos”, ultrapassando, com diferenças significativas, os Estados Unidos. Esse cenário está vinculado, principalmente, a diásporas de capitais chineses (Taiwan, Hong Kong e Xangai) para as ZEEs e à entrada de empresários estrangeiros para atuar conjuntamente com empresas de distritos e vilas.

Fiori (2005) defende que o crescimento da China e as relações comerciais com os países do sudeste asiático e latino-americanos estão articulados a uma lógica mais ampla do que simplesmente a atuação estatal,

isto é, os Estados Unidos são responsáveis pelo fortalecimento da economia chinesa - “um desenvolvimento a convite”. O relacionamento China-Estados Unidos ocorre, com expressividade, na esfera financeira, por meio das dívidas públicas americanas adquiridas pela China.

Do ponto de vista financeiro, tal relação também reproduz essas características bilateralmente vantajosas, dado que a busca por acumular reservas internacionais em níveis elevados transformou o país asiático (juntamente com seus vizinhos Japão, Coreia do Sul e Taiwan) nos principais financiadores dos *déficits* gêmeos norte-americanos.

Em outro boletim do mesmo autor, é relatado que, por trás da relação “conflituosa” entre Estados Unidos e China, há uma complementaridade. “A relação entre EUA e China transformou-se numa relação virtuosa, e quase num casamento econômico indissolúvel” (FIORI, 2008). Mas, no campo militar,

esta complementaridade econômica não exclui o fato de que os dois se considerem inimigos estratégicos e calculem seus movimentos e iniciativas tecnológico-militares, em função de um confronto militar futuro entre as duas potências. Como já dissemos, esta dualidade faz parte do sistema e dos seus “jogos” básicos: das trocas e das guerras. É possível que nunca ocorra nenhuma guerra entre os EUA e a China, ela é dispensável. O que é importante para a acumulação do poder e do capital, na China como nos Estados Unidos, é a existência da possibilidade tendencial, de uma ou várias guerras, que funcionam como princípio de organização estratégica do próprio desenvolvimento tecnológico e econômico dos dois países, e de todos os demais países que orientem seu cálculo estratégico político e econômico, pela disputa do poder global (FIORI, 2008, não paginado).

Essa passagem ilustra bem a posição que a China vem alcançando no sistema-mundo, de um lado, a parceria econômica e, de outro, a disputa militar. No sistema produtivo a situação não é diferente, há, então, um jogo de forças entre países considerados centrais e, aqueles, situados no grupo dos periféricos e/ou semi-periféricos. Para Oliveira (2002), a China vem investindo, desde 1978, numa integração dos militares com as tecnologias de informação, por meio da consolidação das indústrias leves e de alta tecnologia.

Fazendo um contraponto com a situação do Brasil, cuja realidade econômica é bem diferente, notamos que as estratégias são bem distintas. Um

boletim informativo fomentado pelo Conselho Empresarial Brasil e China, amplamente divulgado em 2005, abordou, inicialmente, as características entre ambos – a diversidade regional, a implementação de reforma e transformações estruturais e a busca por maior inserção no mercado mundial. Os desafios são justamente os investimentos em logística, o financiamento da produção, a difusão de tecnologia e carregamento de estoque, ou seja, são desafios que estão, por sua vez, relacionados à atuação maciça do Estado.

Correndo o risco de generalização, podemos salientar que a China, à medida que se integrou fortemente às economias dos países desenvolvidos, particularmente aos Estados Unidos, não adotou uma postura passiva mas ativa, de modo a regular sobre a política monetária, sobre os investimentos diretos. O Brasil, apesar de um projeto autônomo levado a cabo em meados de 1930, ao longo do tempo – em especial desde a crise dos anos 1980 e a emergência dos ideais de Estado mínimo - se subordinou aos interesses externos com a adoção de políticas neoliberais por uma elite de cócoras.

O agronegócio no Brasil: dados e discursos

Historicamente, a agricultura faz parte da economia do país, desde o período colonial⁴ até o contemporâneo, e, mesmo com a implantação/consolidação do modelo urbano-industrial, que teve início em meados dos anos 1930, a agropecuária continua sendo o carro-chefe das exportações brasileiras e a principal responsável pelo *superávit* comercial que o país vem apresentando nos últimos anos.

Nas décadas de 1960 e 1970, as políticas econômicas visando o desenvolvimento econômico brasileiro colocavam a agricultura como entrave ou como (multi)funcional. Tais posturas ideológicas convergiam para um ponto comum: a importância da ação do Estado⁵ (GONÇALVES NETO, 1997).

O ajuste neoliberal, no final dos anos de 1980, difundido pelo Banco Mundial para os países considerados periféricos, impôs o controle inflacionário, o ajuste fiscal, a abertura comercial e financeira e a desregulamentação da economia. Essas medidas impostas aos países periféricos, como o Brasil, resultaram na desnacionalização da economia, no avanço de poder do capital

financeiro, na forte concentração e centralização de capital comandada por empresas, no baixo crescimento econômico etc. (CHANG, 2005; BRESSER PEREIRA, 2007).

Diante da conta de balanço de pagamentos negativa e das imposições de competitividade internacional, a estratégia implantada pelo governo brasileiro, particularmente na era Fernando Henrique Cardoso (FHC) e seus Planos Plurianuais (PPA), foi direcionar os investimentos em infra-estruturas (eixos) que ligassem pontos promissores do espaço brasileiro, onde se encontravam amplas áreas competitivas do agronegócio, visando incentivar as exportações de grãos e carnes, antes para mercados tradicionais Estados Unidos, países da União Européia (UE) e Japão, hoje para China, Venezuela etc.

O Brasil no cenário mundial é o tema de um artigo desenvolvido por Dias (2006), que parte de uma concepção crítica dos modelos criados pelos Estados Unidos e copiados pelos países da América Latina, sobretudo referentes às reformas políticas e econômicas. O Estado, segundo o autor, adota o papel de articulador da transformação da economia, em especial a brasileira, desde a implantação das primeiras indústrias. A solução mais coerente para amenizar as crises econômicas, na concepção de Dias (2006), é a utilização da poupança doméstica. Essa discussão sobre a implementação de uma poupança interna, por meio da agropecuária, já foi amplamente discutida nos anos 1960 (GONÇALVES NETO, 1997).

A análise de Istake (2003) revela que a economia brasileira na década de 1990 passou por diversas mudanças, como a redução das barreiras comerciais e a liberalização dos fluxos de capitais. Essas mudanças acarretaram, de um lado, a diminuição de postos de emprego nos setores industriais e agropecuários e, por outro, resultaram no aumento significativo do PIB gerado nos setores supracitados.

Recentemente, tem-se uma discussão acentuada sobre o agronegócio (*agribusiness*) com as finalidades tanto de valorizá-lo como de criticá-lo. Segundo a essência da palavra, o agronegócio abarca todas as

atividades de comércio com produtos agrícolas, independentemente da estrutura fundiária da propriedade e do valor/produto comercializado.

Existem posturas ideológicas diferentes que abarcam definições e questionamentos distintos. Guanzirolli (2006) escreveu sobre o agronegócio brasileiro, situando-o numa análise histórica e econômica. Para o autor, o agronegócio abrange “a soma dos setores produtivos com os de processamento do produto final e os de fabricação de insumos” (p. 03), como o chamado complexo soja que envolve, além da soja em grãos, o farelo e o óleo bruto ou refinado.

Ruas (2008)⁶ defendem a vocação ‘natural’ do Brasil para o agronegócio, apoiando-se nos elementos físicos e na extensão territorial. A mesma posição é defendida, com ênfase nas estratégias do empresário/fazendeiro, por Iglesias (2007). Para o referido autor, o agronegócio engloba extensas cadeias produtivas, relações comerciais internacionais e mercados financeiros mundiais. Ou seja, não é uma relação tão simples entre produção e comercialização, mas uma complexa teia de acordos e contratos⁷.

Neste artigo, em vez de colocar o agronegócio como bom ou ruim, o objetivo é situá-lo nas discussões sobre a sua viabilidade para a economia brasileira. Defende-se que este modelo de agricultura não envolve apenas atores locais e decisões nacionais, mas um conjunto de atores e instituições internacionais, como será mencionado posteriormente. Também não o consideramos um modelo exemplar, haja vista os impactos causados ao meio ambiente, principalmente com a utilização intensiva do solo e de insumos químicos.

O agronegócio possui relação estreita com os fundos de investimentos globais, pois, atualmente, existem cerca de US\$ 165 bilhões, a nível mundial, disponíveis para as atividades agropecuárias. Para Ruas (2008), “é fundamental para o segmento a manutenção de investimentos públicos em órgãos voltados ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia destinadas ao incremento da produtividade agropecuária”. Beneficiadas pelo aumento nos preços internacionais das *commodities*, pela redução nos estoques e pela

elevação da demanda nos países emergentes, as exportações do agronegócio atingiram a cifra recorde de US\$ 71,8 bilhões em 2008.

Diferentemente da China, no Brasil os investimentos direcionados à parte logística, à infra-estrutura e ao transporte dos produtos são deficientes e ineficazes. A deficiência resulta da falta de recursos públicos, em função da crise da dívida nos anos 1980 e da adoção da cartilha neoliberal baseada em juros escorchantes sobre a dívida pública desde os anos 1990, em que os beneficiários foram os grandes bancos, os fundos de pensão etc. às expensas de cortes nos orçamentos da educação, da saúde e da infra-estrutura. Apesar disso, existem avanços com as Parcerias Público-Privadas (PPAs) e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além do governo, o setor agropecuário e, especialmente aquele voltado ao mercado internacional, mantém relações com inúmeros atores e entidades, dentre os quais se destacam: fornecedores (máquinas, equipamentos, insumos, gestão etc.); governos de outros países; organizações multilaterais; sistema financeiro nacional; sistema financeiro internacional (estabelecendo as cotações e as modalidades de negociação de diversos produtos da pauta de exportação de produtos agropecuários); sociedade civil nacional e internacional; concorrentes internacionais; corporações mundiais do setor; trabalhadores e pequenos produtores; universidades e centros de pesquisa (parcerias para o desenvolvimento de novas tecnologias produtivas).

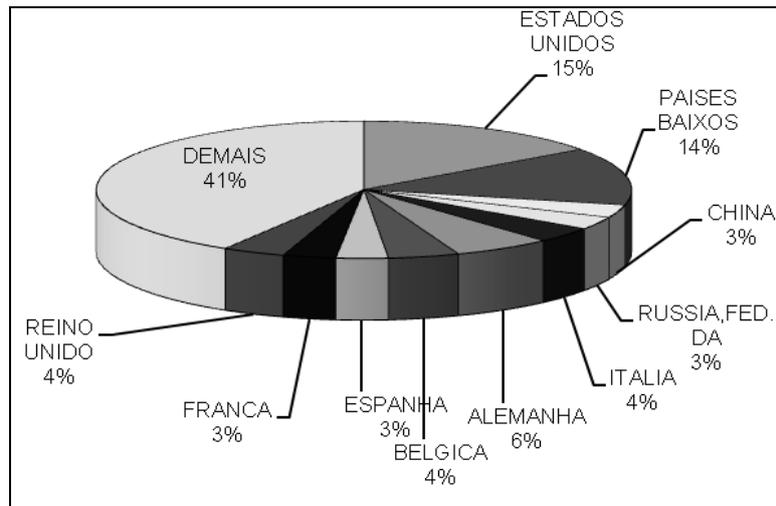
Os dados do *Agrostat* mostram que os produtos do agronegócio brasileiro vêm alcançando cifras significativas, por vários fatores. Guanziroli (2006) aponta os seguintes:

1. A partir de 1999, a taxa de câmbio real permitiu que a competitividade do produto brasileiro conseguisse ser repassada ao mercado externo;
2. Em 1996, foi desonerada a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incidia sobre as exportações de produtos agropecuários;
3. O governo tem atuado junto à OMC no sentido de eliminar de barreiras comerciais nos países importadores;

4. O sucesso do agronegócio forma parte de uma estratégia desenhada nos anos 70 que apontou para a resolução de vários problemas estruturais que entravavam o desempenho da agricultura;
5. O desenvolvimento tecnológico promovido pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);
6. Brasil possui grandes áreas ainda inexploradas ou deficientemente exploradas que poderão ser incorporadas à produção agrícola no futuro se houver investimentos em produtividade e em meios de escoamento das safras.

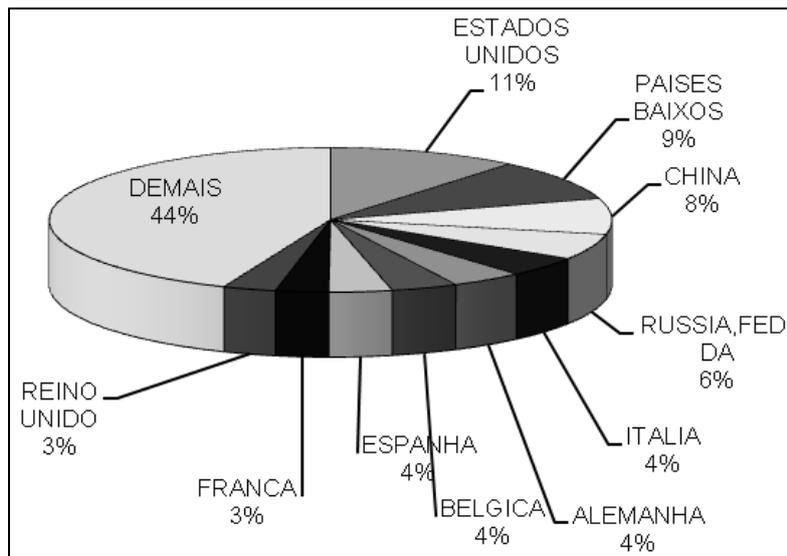
A dinâmica das exportações do agronegócio brasileiro, no entanto, tem mudado rapidamente nos últimos cinco anos e é notório o crescimento desses negócios com países da Ásia Oriental, da África, do Oriente Médio e da Oceania (AGROSTAT, 2008). O crescimento das exportações brasileiras, ultimamente, tornou ainda mais dissimulado o problema do protecionismo nos países desenvolvidos. Países como Estados Unidos, Alemanha, Itália, considerados mercados tradicionais, estão sendo substituídos pelos países até então considerados não tradicionais, como China, Venezuela, Cingapura etc.

Os Gráfico 1 e 2 mostram os principais mercados que adquiriram produtos do agronegócio brasileiro, entre 1997 e 2007, com destaque para os Estados Unidos, os Países Baixos, a China e os Países da Europa Ocidental (Itália, Espanha, Alemanha, França).

Gráfico 1: Principais destinos das exportações do agronegócio em 1997

Fonte: AgroSat, 2008.

Org: Erika Vanessa Moreira, 2008.

Gráfico 2: Principais destinos das exportações do agronegócio em 2007

Fonte: AgroSat, 2008.

Org: Erika Vanessa Moreira, 2008.

A China, até então um mercado não tradicional, já ultrapassou os Estados Unidos em volume e em valor dos produtos do agronegócio, sobretudo em relação à carne de frango e à soja. Em 1997, os Estados Unidos respondiam por 15% dos produtos exportados contra 3% do mercado chinês. A situação se inverteu em 2008, com a participação de 11,6% da China e 8,6% dos Estados Unidos. Segundo especialistas e pesquisadores da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), a

China e os demais países asiáticos estão despontando como importadores globais de produtos primários.

Um fato interessante quando se depara com os principais destinos dos produtos do agronegócio brasileiro, em 2008, é a participação da Venezuela entre os 10 primeiros países do *ranking* (Tabela 4). Em 1997, a Venezuela ocupou a 18ª colocação como mercado de exportação para o empresariado do Brasil, mas 11 anos depois, em 2008, assumiu a 8ª colocação, superando a França e a Espanha. O Brasil, em termos de valor (US\$), exporta para o território venezuelano, respectivamente: carne de frango, carne bovina, açúcar de cana bruto e papel.

Tabela 4: Exportação do agronegócio brasileiro – total por *ranking* em valores (2006/2008)

País de origem	2006			2007			2008		
	Ranking	US\$	%	Ranking	US\$	%	Ranking	US\$	%
Estados Unidos	1	7.017	14,19	1	5.934	11,03	3	5.802	8,66
Países Baixos	2	4.035	8,16	2	4.988	9,27	2	6.167	9,20
China	3	3.784	7,65	3	4.505	8,38	1	7.785	11,61
Rússia	4	3.139	6,35	4	3.064	5,7	4	4.020	6,00
Itália	5	2.093	4,23	5	2.370	4,41	6	2.567	3,83
Alemanha	6	2.061	4,17	6	2.160	4,02	5	2.880	4,3
Bélgica	7	1.614	3,26	7	2.067	3,84	7	2.370	3,54
Reino Unido	8	1.537	3,11	10	1.770	3,03	12	1.785	2,66
Japão	9	1.475	2,98	11	1.598	2,97	8	2.262	3,38
Ira	10	1.394	2,82	12	1.519	2,82	18	0.836	1,25
França	11	1.258	2,54	9	1.646	3,06	11	1.947	2,91
Espanha	12	1.236	2,5	8	1.966	3,66	10	2.086	3,11
Venezuela	18	0.669	1,35	15	1.012	1,88	9	2.156	3,22

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC

Elaboração: CGOE / DPI / SRI / MAPA

* total de 218 entre países e territórios

Os produtos do agronegócio brasileiro exportados para a China são, principalmente, soja em grãos, óleo de soja, fumo não manufaturado, celulose branqueada de eucalipto, madeiras serradas e couro bovino.

Em um informativo escrito por Fontana (2006), sobre a parceria econômica entre Brasil e China, fica evidente a importância do agronegócio para estes contratos comerciais. De um lado, o Brasil exporta para o território chinês, entre soja, carne e celulose, valores próximos a US\$ 7.8 bilhões, em 2008. De outro, a China exporta para o Brasil aparelhos receptores,

dispositivos de cristais líquidos, máquinas de costura, produtos para alimentação animal, alhos frescos, tecidos e produtos de algodão e roupas e acessórios da indústria têxteis, resultando num total de US\$ 7.9 bilhões. Em relação aos produtos do agronegócio, a China é responsável por 6,5% das importações, principalmente em cereais, farinhas, fibras e produtos florestais. “O câmbio sistematicamente subvalorizado (e praticamente fixo nos últimos anos) e custos de mão-de-obra muito baixos emprestam à China grande vantagem competitiva” (FONTANA, 2006).

Santos (2009, não paginado), sobre a relação comercial entre os membros do BRIC, destaca que “por trás desse avanço da China no cenário internacional e dos discursos simplistas de que é um modelo para os demais países de industrialização tardia é importante perceber que novas relações de dependência e de trocas desiguais têm surgido”. Demonstra, ainda, que África do Sul, Brasil, Índia e Rússia, cada vez mais, estão se tornando dependentes da China.

A China, em termos de produtos importados pelo Brasil, no ano de 2008, ficou atrás da Argentina e dos Estados Unidos, ambos fornecedores de cereais e farinhas. Cerca de 30% do total de produtos importados se devem à participação de cereais, farinhas e preparações. Em segundo lugar, aparecem os produtos florestais (madeira, celulose, borracha e papel), com uma participação relativa de 21,6% (Tabela 5).

Tabela 5: Exportações do agronegócio por blocos, em US\$ mil

Blocos	Janeiro-Outubro		Variação % 2008/2007	Participação	
	2008	2007		2008	2007
UE (27)	20.314.220	17.217.453	18,0	32,8	35,2
Ásia	15.023.165	9.771.438	53,7	24,3	20,0
Nafta	6.129.280	6.233.793	-1,7	9,9	12,8
Europa Oriental	4.961.441	3.456.250	43,5	8,0	7,1
Oriente Médio	4.301.721	4.071.595	5,7	6,9	8,3
África	3.935.005	3.145.966	25,1	6,4	6,4
Aladi	3.577.306	2.146.990	66,6	5,8	4,4
Mercosul	1.734.556	1.433.212	21,0	2,8	2,9
Europa ocidental	729.251	491.848	48,3	1,2	1,0
Oceania	376.701	212.268	77,5	0,6	0,4

Fonte: SRI /MAPA a partir de dados da SECEX/MDIC

A UE e a Ásia respondem por 57,1% das exportações do agronegócio, com destaque para a soja e carnes. Para o NAFTA (North America Free Trade Agreement – Tratado Norte Americano de Livre Comércio) houve uma redução de 2,9%, que pode ser explicado, em parte, pela crise financeira que afetou o mundo em 2008, mais precisamente os Estados Unidos, com a crise imobiliária originada a partir dos créditos fartos e altas taxas de inadimplência. A fatia da Ásia cresceu para 24,3% e o NAFTA recuou para percentuais próximos a 10%.

Tabela 6: Principais Produtos Exportados do Agronegócio Brasileiro – 2006/2008

Produtos	2006			2007			2008		
	Ranking	US\$	%	Ranking	US\$	%	Ranking	US\$	%
Complexo Soja	1	9.3	22,2	1	10.8	20,1	1	17.2	25,8
Carnes (de frango/ bovina/suína)	2	3.9	17,9	2	10.2	19,0	2	13.6	20,4
Produtos florestais (papel/celulose/ borracha/madeira)	3	7.8	15,9	3	8.0	14,9	3	8.7	13,0
Complexo sucroalcooleiro	4	7.7	15,7	4	6.1	11,4	4	7.1	10,7
Café	6	3.3	6,8	5	3.5	6,6	5	4.3	6,4
Couro	5	3.4	7,0	6	3.2	6,0	6	2.9	4,4
Suco de Frutas	8	1.5	3,2	7	2.1	4,1	8	1.9	2,9
Fumo e seus produtos	7	1.7	3,5	8	2.1	3,9	7	2.6	3,9
Cereais, Farinhas e preparações	11	0.7	1,5	9	1.9	3,7	9	1.9	2,8
Fibras	9	1.3	2,8	10	1.3	2,6	10	1.4	2,2
Frutas	10	0.7	1,5	11	0.8	1,7	11	0.9	1,4
Bebidas	12	0.2	0,4	12	0.2	0,4	12	0.2	0,4
Demais Produtos	*	7.3	1,5	*	2.9	5,6	*	3.8	5,7
Total	*	49.4	100	*	53.7	100	*	67.0	100

Fonte: AgroStat Brasil a partir de dados da SECEX/MDIC

Elaboração: CGOE / DPI / SRI / MAPA

Os dados da tabela 6 mostram que o complexo soja (soja em grãos, farelo e óleos refinado e bruto) lidera o *ranking* dos produtos exportados pelo Brasil, abrangendo, em 2008, 25,8% do total. As carnes (bovina, suína e de frango) comparecem no segundo lugar, com destaque à exportação de carne de frango, sendo seus maiores consumidores a Ásia e o Oriente Médio. A China é o destino de aproximadamente 31% do total de soja e 36% do óleo bruto exportados.

O complexo soja ainda é o carro-chefe das vendas externas do agronegócio com US\$ 17.2 bilhões, dos quais US\$ 5 bilhões são oriundos das exportações à China (Tabela 7).

Tabela 7: Balanço da Soja comercializada para a China – 2008/2009

	2008			Var. (%)
	Volume (kg)	Preço médio	Exportações (US\$)	
Soja em grãos	12.000.000	450,0	5.324.052.177	
	2009			-19.4
	Volume (kg)	Preço médio	Exportações (US\$)	
	13.000.000	330,0	4.290.000.000	

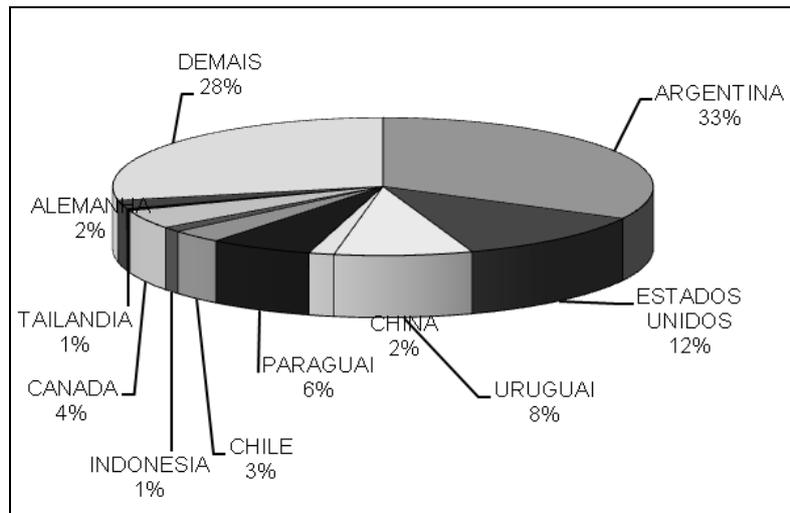
Fonte: ABIOVE, 2009.

Org: Leandro Bruno Santos, 2009.

Em seguida, permanece o complexo carnes, com US\$ 13.6 bilhões. As vendas de soja e carnes saltaram de US\$ 21 bilhões, em 2007, para US\$ 30.9 bilhões. As exportações de lácteos cresceram 80%, de US\$ 299 milhões, em 2007, para US\$ 541 milhões em 2008 (FOLHA *ON LINE*, 05/01/2009).

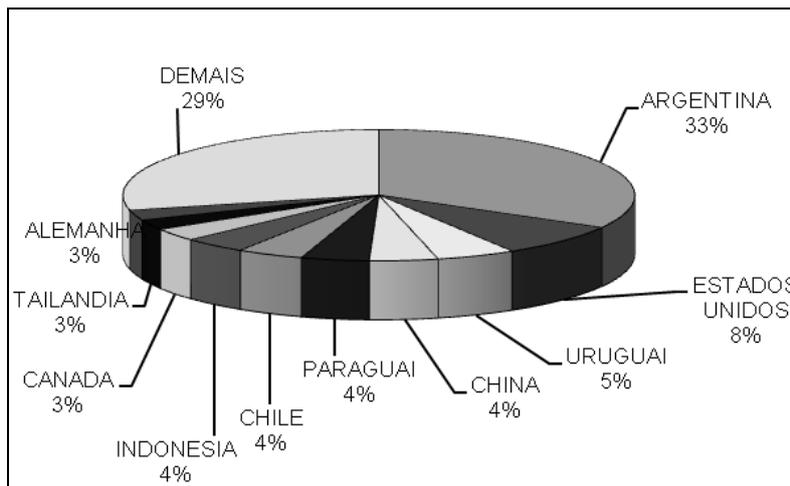
Em termos estruturais pode-se perceber que o crescimento da soja e de outras *commodities* agrícolas se enquadra numa tendência iniciada nos anos 1970 de privilégio das culturas de exportação - soja, laranja, café, milho e cana-de-açúcar – que apresentaram um avanço significativo graças às políticas agrícolas, em detrimento das culturas voltadas ao mercado interno, como a do arroz, a da mandioca e a do feijão, por exemplo (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Evidencia-se que as culturas agrícolas destinadas ao mercado interno tiveram, realmente, crescimento da produção bem inferior ao apresentado pelas lavouras destinadas ao mercado externo.

Quando se depara com as principais origens das importações do agronegócio brasileiro, entre 1997 e 2007, notamos a redução da participação dos Estados Unidos, bem como o aumento gradual da China (Gráficos 3 e 4).

Gráfico 3: Principais origens das importações do agronegócio em 1997

Fonte: AgroStat, 2008.

Org: Erika Vanessa Moreira, 2008.

Gráfico 4: Principais origens das importações do agronegócio em 2007

Fonte: AgroStat, 2008.

Org: Erika Vanessa Moreira, 2008.

Os dados expostos nos gráficos 3 e 4 demonstram, de um lado, a retração dos Estados Unidos, com a redução de 12% (1997) para 8% (2007) e, de outro, o crescimento da participação da China, passando de 2% em 1997 para 4% (2007). É notável, também, que a Argentina, principal fornecedor de farinhas e cereais, apresenta certa estabilidade quanto a sua participação.

A crise atual, desencadeada com maior difusão em 2008, poderá afetar a safra 2008/9 do agronegócio brasileiro, atrelado a demais fatores, quais sejam: i) Escassez de crédito para plantio; ii) Problemas climáticos; iii)

Redução de crédito para *tradings*⁸; iv) Aumento dos insumos agrícolas; v) Queda nos preços das commodities agrícolas.

Em uma notícia divulgada pela folha *on line*, do dia 05 de janeiro de 2009, feita a partir das informações obtidas junto ao Ministério do Comércio Exterior, o agronegócio brasileiro não sofreu, de maneira direta, os efeitos da crise financeira na safra de 2007/8, pois houve um crescimento de 24,6% das exportações.

[...] beneficiadas pelo aumento nos preços internacionais das *commodities*, redução nos estoques e elevação da demanda nos países emergentes, as exportações do agronegócio atingiram o recorde de US\$ 71,8 bilhões em 2008. Com vendas adicionais de US\$ 13,4 bilhões sobre 2007, a expansão dos embarques chegou a 23%.

Quando se enfatiza a expansão do agronegócio brasileiro se tem dois eixos para discuti-los – o crescimento econômico da China e a crise financeira deflagrada nos Estados Unidos. Para Oliveira (2007), a China é a principal base manufatureira da indústria global, apoiada, sem dúvida, nas ‘parcerias’ entre os países latino-americanos, sobretudo o Brasil, e os situados no leste/sudeste asiático, pois são mercados e fornecedores de produtos primários.

Mesmo com a crise financeira, as exportações de *commodities* agrícolas e minerais continuaram em alta, particularmente em função do rápido crescimento de países populosos como China e Índia. Os dados apresentados nesse texto permitiram visualizar o deslocamento gradual dos Estados Unidos e da UE como sendo os principais destinos dos produtos do agronegócio e a elevação da participação da Ásia. A principal consequência da atual crise é, sem dúvida, o impacto sobre a cotação dos principais produtos exportados pelo país.

Considerações finais

O crescimento econômico elevado e vigoroso da China não é por acaso ou simplesmente por forças naturais, tampouco o resultado apenas das

ações do Estado. A China alcançou a condição de 3ª economia do mundo pela própria relação dialética do sistema capitalista. A China, para Fiori (2008), “deve seguir os passos de todas as grandes potências que fazem, ou já fizeram, parte do ‘círculo dirigente’ do sistema mundial”. O poder estatal e mercado não estão em conflito no capitalismo. A “memorável aliança” entre eles encontra-se origem do sistema e segue movendo sua expansão no século 21.

O Brasil, diferentemente da China, enveredou na ciranda do modelo neoliberal, com a adoção de políticas de Estado mínimo, de desregulação financeira, de privatização etc., cujo resultado, não só para o país, mas para toda a América Latina e países africanos que seguiram a cartilha do FMI e do Banco Mundial, foi o crescimento medíocre do PIB e o aumento da desigualdade. Se as políticas neoliberais foram perversas à indústria, o mesmo não se pode dizer do agronegócio. Nos últimos anos, o Brasil apresentou um expressivo crescimento no comércio internacional do agronegócio, representando 1/3 do PIB total. O Brasil é hoje o maior produtor e exportador de açúcar, café e suco de laranja. Também é líder nas exportações de álcool, complexo soja, tabaco, carne bovina e carne de frango.

A crise financeira deflagrada em finais de 2008, apesar de suas conseqüências drásticas sobre os PIB dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, certamente não causará uma inflexão no agronegócio brasileiro. Ao contrário, a China continuará respondendo pela maior parte das importações brasileiras de *commodities*. As exportações para a China continuam em alta, porém os preços, em função da crise, estão bem abaixo dos apresentados até o meio do ano passado.

O sinal de alerta, a nosso ver, é a concentração das exportações brasileiras à China em poucos produtos, que são, na sua maior parte, *commodities*. A China, por sua vez, nos últimos anos tem aumentado suas exportações ao Brasil em inúmeras categorias de produtos (bens de capital, bens intermediários, bens de consumo duráveis e bens de consumo não duráveis)⁹. É premente, portanto, e a visita recente do Lula à China deixou isso evidente, diversificar as vendas a esse país, para evitar as vicissitudes do

mercado internacional, particularmente as variações nos preços dos principais produtos exportados pelo país.

A estreita pauta de exportações revela, ainda, relações desiguais e de dependência que vêm sendo estabelecidas entre Brasil e China. Ao invés de uma “sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações”¹⁰, devido ao desenvolvimento econômico chinês, acreditamos que, à medida que a China aumentar sua importância no cenário internacional e sua integração aos países desenvolvidos, ela cada vez mais se distanciará dos temas que unem o G20 e o BRIC - para defender seus próprios interesses - e assumirá posições imperialistas.

O grande lance das idéias é que elas podem ser refutadas – Richard Peet (geógrafo estadunidense, em 2005).

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AMSDEM, Alice. A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental, **Revista de Economia Política**, v. 12, n. 1 (45), jan/mar.1992.
- A CHINA e o agronegócio brasileiro: Complexa Soja. **Conselho Empresarial Brasil China**, 2005. Disponível em < <http://www.cebc.org.br/> > Data de acesso 05/12/2008.
- As perversidades do agronegócio para a sociedade brasileira. **Secretaria Nacional do MST**. 2006. Disponível em <http://www.resistir.info.br/>. Data de acesso: 05/12/2008.
- BAUMANN, Renato. Some recent features of Brazil-China economic relations, **Cepal**, LC/BRS/R. 205, April 2009, available in: www.cepal.org/brasil
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**. Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós 1994. São Paulo: Editora 34, 2007.
- CHANG, Ha-Joon. **Why developing countries need tariffs?** How WTO NAMA Negotiations could deny developing countries' right to a future. Geneva: South Centre, 2005, p. 113.
- CLARK, Giovani. Política Econômica e Estado, **Estudos Avançados**. n. 22, p. 207-217, 2008.
- DIAS, Guilherme Leite da Silva. Brasil: futuro da economia, **Estudos Avançados**, n. 20, p. 56-74, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cadê o agronegócio? Cadê os alimentos? **Texto on-line**, 2008. Disponível em <http://www.ecodebate.com.br/2008/05/05/cade-o-agronegocio-cade-os-alimentos-artigo-de-bernardo-mancano-fernandes/> Data de acesso 05/12/2008.

FIORI, José Luiz. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: **O poder americano**. Editora Vozes, São Paulo, 2005. Disponível em < [http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/ARTIGOS_arquivos/Microsoft%20Word%20-%20The%20Global%20Power%20Formati on.pdf](http://www.ie.ufrj.br/pesquisa/politica/jlfiori/ARTIGOS_arquivos/Microsoft%20Word%20-%20The%20Global%20Power%20Formati%20on.pdf) > [texto em inglês] Data de acesso 05/12/2008.

FIORI, José Luiz. Estados Unidos e China: por trás das tensões, papéis complementares, **Le Monde Diplomatique**. Paris, 2008. Disponível em: << <http://www.lemonde.fr/> >. Data de acesso: 10/01/2009.

FONTANA, Fabiana C. **No comércio com a China, o agronegócio é altamente superavitário**. 2006. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/pdf/Cepea_artigo_China.pdf> Data de acesso em 08/01/2009.

FOLHA ON-LINE. **Governo anuncia R\$2 bi para financiar cooperativas agrícolas**. 05/01/2009.

FOLHA ON-LINE. **Entenda a crise com o mercado imobiliário nos ESTADOS UNIDOS**. 16/08/2008.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização**. 1999, 249f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. São Paulo: Embrapa, 1999.

GONÇALVES NETO, Wescleslau. **Estado e agricultura no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações, **Texto para Discussão UFF/ Economia**. n. 186, 2006. 59 p.

IGLESIAS, Wagner. Workshop Instituições, grupos de interesse e desenvolvimento, **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2007. Disponível em < [http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article /view/11696/0](http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/11696/0) > Data de acesso em 05/12/2008.

ISTAKE, Márcia. **O Comércio Externo e Interno do Brasil e das Suas Macrorregiões: um Teste do Teorema de Heckscher-Ohlin**. Piracicaba, 2003. 145 p. Tese: (Doutorado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

KOCHER, Bernard. Uma análise da “agenda neoliberal” para a China. **Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social**, Florianópolis, edição Piloto, p. 127-137, março/2007.

NASSAR, Andre Meloni. **Produtos da agroindústria de exportação brasileira: uma análise das barreiras tarifárias impostas por Estados Unidos e União Européia**. São Paulo, 2004, 218f. Tese (Doutorado em Administração),

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NOGUEIRA, Isabela. O lugar da China na economia-mundo capitalista wallesteiniana, **Textos de Economia**. Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 39-56, jan/julho 2008. Disponível em < <http://www.unesp.ourinhos.br/gedri/> > Data de acesso em 05/12/2008.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Abertura estratégica da China à globalização, **Sociedades em transformação**. Ano V, n. 4, p. 1-4, 1999.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. China-Estados Unidos: concorrentes estratégicos, **Política Externa**, São Paulo, v. 10, n. 4, 2002.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Formação de uma economia regional no leste asiático. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 13, maio/2006.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **O salto qualitativo de uma economia regional**. [2007] Site do Gedri. Disponível em < <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/> > Data de acesso 05/12/2008.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A China usa seu peso**. [2007a] Site do Gedri. Disponível em < <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/> > Data de acesso 05/12/2008.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. **A China transforma o jogo** [2007b] Site do Gedri. Disponível em < <http://www.ourinhos.unesp.br/gedri/> > Data de acesso 05/12/2008.

PEREIRA, João Marcio Mendes. A política agrária do Banco Mundial em questão, **Estudos Avançados**, n. 20, p. 355-383, 2006.

RICUPERO, Rubens. Os EUA e o comércio mundial: protecionista ou campeões do livre comércio? **Estudos Avançados**, n. 16, p. 6-18, 2002.

RUAS, Daniel Tajés et al. A economia e o agronegócio no Brasil e sul do Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana** n. 105. 2008. Disponível em < <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/> > Data de Acesso: 05/12/2008.

SANTOS, Leandro Bruno. As diferentes trajetórias dos países de industrialização tardia asiáticos e latino-americanos. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 30, p. 71-97, 2008.

SANTOS, Leandro Bruno; SPOSITO, Eliseu Savério. **Considerações geográficas sobre alguns aspectos recentes do BRIC**. In: I Seminario Iberoamericano de Estudios Asiáticos y Latinoamericanos, 2009, Mendoza. Anais do I Seminário Iberoamericano de Estudios Asiáticos y Latinoamericanos, 2009.

SZMEREZANIY, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

Sites consultados

www.agricultura.gov.br/portal/

www.secex.gov.br/

www.ourinhos.unesp.br/gedri/

www.folhaonline.com.br/

www.cebc.org.br/

www.wto.org/

comtrade.un.org/

Notas

¹ O agronegócio é responsável por 1/3 do PIB brasileiro.

² Segundo essa teoria, há, sobretudo a partir do século XX, um sistema mundial composto por estados e economias mundiais inter-relacionados via comércio. O pensamento de Immanuel Wallerstein tem influências de Braudel e Marx (NOGUEIRA, 2008). Para Wallerstein, existem três grupos de países - centro, periferia e semi-periferia.

³ Segundo Oliveira (1999, p. 3), “a estratégia de integração da China no mercado internacional, adotada em dezembro de 1978, sob impulsão do grupo denguista, procurou desde o início o entrosamento com as redes familiares das diásporas chinesas”.

⁴ Sobre a história da agricultura no Brasil, ver Szmereczaniy (1990).

⁵ Para Gonçalves Neto (1997), a agricultura não tem a função marginal no desenvolvimento econômico, ao contrário, é um setor estratégico para a acumulação capitalista, articulado ao dinamismo da indústria e da política.

⁶ O Brasil possui uma vocação natural para o agronegócio em função da diversidade de seu clima, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, contando ainda com uma enorme área agricultável fértil e de alta produtividade, na ordem de 388 milhões de hectares, dos quais 90 milhões ainda constam inexplorados (RUAS *et al*, 2008).

⁷ Para Iglesias (2007, s/p), o grande salto da agropecuária brasileira parece ter ocorrido nos anos 1990, quando a combinação entre o aumento do fluxo de recursos públicos para o financiamento das atividades rurais e a busca por ganhos de produtividade tornaram-se a peça fundamental para a sobrevivência do setor num cenário de grande concorrência externa.

⁸ Apenas 10 transnacionais têm o controle monopólico das principais atividades agrícolas do país. São elas: Bunge, Cargill, Monsanto, Nestlé, Danone, Basf, ADM, Bayer, Sygenta e Norvartis.

⁹ Ver, para maiores detalhes: Baumann (2009).

¹⁰ Essa tese é defendida por Arrighi (2008).

Recebido em: 22/07/2009

Aceito em: 09/10/2009